



AS TERRITORIALIDADES DO MARABAIXO EM MACAPÁ-AP

EIXO TEMÁTICO: REGIMES DE VERACIDADE E HISTORICIDADE

QUADROS, Juliana Amaral

Mestre em Arquitetura e Urbanismo; NPGAU/UFMG
julianaqdrs@gmail.com

CHIQUITO, Elisângela de Almeida

Doutora em Arquitetura e Urbanismo pela UPS/Escola de Engenharia de São Carlos; Professora
adjunta EAU/UFMG
lis@arq.ufmg.br

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo compreender a formação e as transformações territoriais dos bairros de cultura negra em Macapá-AP por meio da perspectiva cultural, tendo como foco os bairros Laguinho e Favela (atual Santa Rita), a partir da trajetória do Marabaixo – manifestação cultural das comunidades negras amapaenses, que ocorre através de celebrações religiosas, festas, danças e músicas (denominadas “ladrões”). Esses bairros foram formados desde a criação do Território Federal do Amapá, quando as populações negras foram expulsas do centro da cidade. Dessa forma, o Marabaixo, que antes ocorria nos arredores da Fortaleza de São José, subdividiu-se pelos dois referidos bairros. O estudo aborda essa trajetória, a qual constitui uma importante fonte documental para compreender a formação e a transformação desses territórios. Dessa forma, o método utilizado na pesquisa conta com a análise de bibliografias acerca Marabaixo e sua produção como representação dos processos da história da cidade de Macapá. Busca-se, com isso, contribuir com os estudos acerca da urbanização em Macapá.

PALAVRAS-CHAVE: urbanização; Macapá; Marabaixo; história cultural; cultura negra.

ABSTRACT

This article aims to understand the formation and territorial transformations of black culture neighborhoods in Macapá-AP through a cultural perspective, focusing on the Laguinho and Favela neighborhoods (currently Santa Rita), based on the trajectory of Marabaixo – manifestation culture of black communities in Amapá, which occurs through religious celebrations, parties, dances and music (called “ladrões”). These neighborhoods were formed since the creation of the Federal Territory of Amapá, when black populations were expelled from the city center. In this way, Marabaixo, which previously took place around the São José Fortress, was subdivided into the two aforementioned neighborhoods. The study addresses this trajectory, which constitutes an important documentary source for understanding the formation and transformation of these territories. Thus, the method used in the research relies on the analysis of bibliographies about Marabaixo and its production as a representation of the processes in the history of the city of Macapá. The aim is to contribute to studies on urbanization in Macapá.

KEY-WORDS: *urbanization; Macapá; Marabaixo; cultural history; black culture.*

RESUMEN

Este artículo tiene como objetivo comprender la formación y las transformaciones territoriales de los barrios de cultura negra en Macapá-AP a través de una perspectiva cultural, centrándose en los barrios de Laguinho y Favela (actualmente Santa Rita), a partir de la trayectoria de Maramaio – manifestación cultural de las comunidades negras en Amapá, que se da a través de celebraciones religiosas, fiestas, bailes y música (llamados “ladrones”). Estos barrios se formaron desde la creación del Territorio Federal de Amapá, cuando las poblaciones negras fueron expulsadas del centro de la ciudad. De esta forma, la Mara Baixo, que anteriormente se desarrollaba en las afueras de Fortaleza de São José, quedó subdividida en los dos barrios antes mencionados. El estudio aborda esta trayectoria, que constituye una importante fuente documental para comprender la formación y transformación de estos territorios. Así, el método utilizado en la investigación se basa en el análisis de bibliografías sobre la Mara Baixo y su producción como representación de los procesos de la historia de la ciudad de Macapá. El objetivo es contribuir a los estudios sobre urbanización en Macapá.

PALABRAS CLAVE: *urbanización; Macapá; Marabaixo; historia cultural; cultura negra.*

INTRODUÇÃO

Macapá, capital do estado do Amapá, insere-se na Amazônia brasileira e está situada no delta do rio Amazonas, extremo norte do país (Figura 01), sendo atravessada pela linha do Equador. Delimitado pelos rios Jari, Amazonas e Oiapoque e pelo Oceano Atlântico, o estado do Amapá possui área de 142.828 km² e cerca de 73% desta coberta por territórios protegidos que incluem unidades de conservação, terras indígenas e territórios quilombolas. Por estas características, o estado acabou ganhando a conotação de ilha, por seu caráter de isolamento e a possibilidade de integração apenas por meio dos rios e da única rodovia BR 156 que liga Laranjal do Jari, no extremo sul do estado, a Oiapoque, sendo esta, em virtude da construção da Ponte Binacional Franco-Brasileira, que conecta o município amapaense de Oiapoque a São Jorge do Oiapoque, na Guiana Francesa, criando assim única conexão rodoviária do estado, e neste caso com outro país (Margarit, 2022).

O município de Macapá possui, segundo o Censo do IBGE de 2022, 442.933 habitantes, que corresponde a 60% da população de todo o estado. A maior parte da população macapaense se concentra na área urbana, a qual corresponde a cerca de 1,25% do território municipal, ou seja, aproximadamente 80km². Mais da metade da população de todo o estado se concentra na pequena área urbana da capital.

Figura 1: Localização do estado do Amapá e da cidade de Macapá



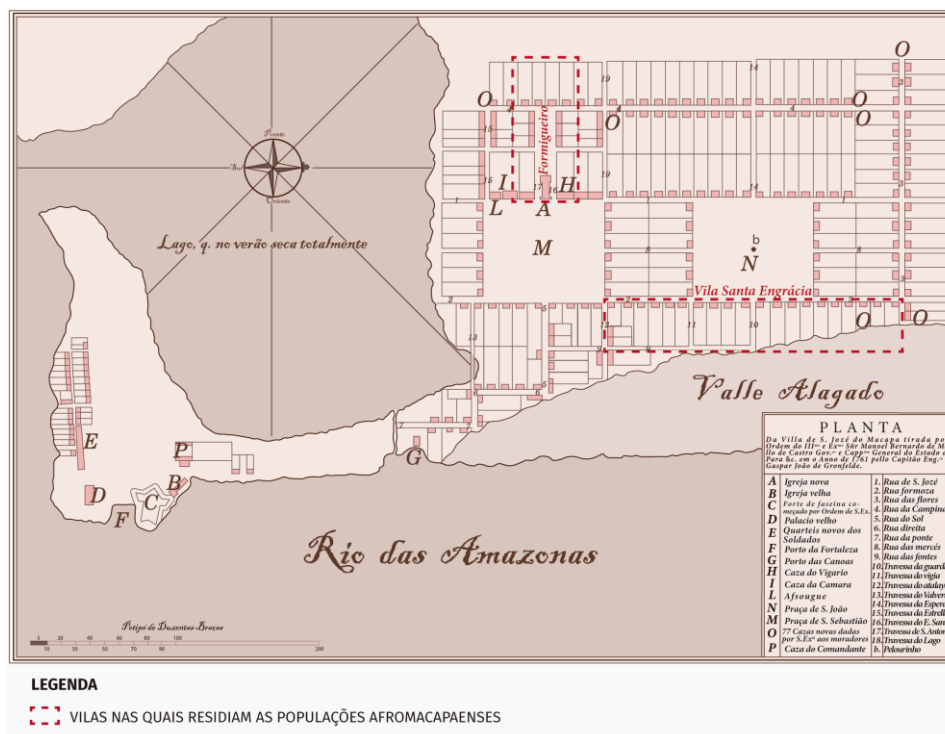
Fonte: Juliana Quadros, 2021.

A cidade de Macapá é banhada pelo Rio Amazonas, cujas águas, além de abastecerem a cidade e terem uma importância econômica como via de transporte, estabelecem uma relação de pertencimento e âncora para diversas vivências cotidianas que permanecem na memória e vida macapaense até hoje.

O núcleo inicial de Macapá se estabeleceu por meio de um destacamento militar em 1738. Vinte anos depois, em 4 de fevereiro de 1758, a vila de Macapá foi estabelecida oficialmente e, apenas cem anos depois, em 1859, foi elevada à categoria de cidade. Por seguir o modelo português de cidade-fortificação, a cidade foi se estabelecendo nas proximidades da Fortaleza de São José. Segundo Araújo (1998), essa política urbana contava com a presença de um engenheiro militar ou de um “arruador”. Foi somente com a criação do Território Federal do Amapá, em 1943, que Macapá tornou-se capital, permanecendo nessa condição após a criação do estado do Amapá pela Constituição de 1988.

O núcleo urbano inicial de Macapá projetado em 1761 foi definido por duas praças, praça São João e praça São Sebastião, no entorno das quais se desenvolveram duas ocupações urbanas formadas por famílias afrodescendentes: a Vila Santa Engrácia (no entorno da praça São João) e a comunidade do Formigueiro (no entorno da praça São Sebastião) (Figura 2).

Figura 2: Planta da Vila de S. José de Macapá



Fonte: Planta da Vila de S. José de Macapá de 1761 (ARAÚJO, 2012) e alterado pela autora (2021).

Na década de 1940, após a criação do Território do Amapá em 1943, o então governador do Território, Janary Nunes, desaloja a população afrodescendente da região central de Macapá com o objetivo de construir prédios públicos e a residência governamental no local. A população foi realocada para o bairro do Laguinho, distante cerca de 2km da área, que já era frequentado pelos moradores dessa região, por abranger um pequeno lago e um poço conhecido como Poço do Mato, utilizado para coleta de água para consumo, para irrigação da agricultura familiar – plantação de mandioca e outros alimentos – e para a lavagem de roupas. Esse processo deflagrou um conflito na comunidade negra, pois uma parte dos moradores não aceitou a realocação para o Laguinho e organizou-se em uma nova comunidade no bairro Favela, atualmente denominado Santa Rita (Luna, 2017). A remoção da população foi realizada por meio de um acordo com um mestre marabaixeiro Julião Ramos, do qual falaremos mais adiante. O acordo, na realidade, foi tido como de fachada, visto que mestre Julião não teve opção de recusar a medida de remoção (Lobato, 2015).

Assim, os bairros Laguinho e Santa Rita, localizados hoje na região central da cidade de Macapá, foram constituídos como desdobramento deste processo de expulsão da população negra das áreas destinadas às grandes reformas modernizadoras implantadas a partir da constituição do Território, e permanecem como locais de resistência da cultura negra amapaense, tendo como uma das suas principais manifestações culturais o Marabaixo, reconhecido em 2018 como patrimônio imaterial pelo IPHAN.

Há um conjunto de pesquisas que se dedicam a compreender a urbanização de Macapá em seus diversos aspectos, dentre as quais podemos destacar o estudo “As cidades da Amazônia no século XVIII: Belém, Macapá e Mazagão” de Renata Malcher de Araújo (1998), que analisa o contexto histórico social, econômico e cultural das cidades amazônicas – destacadas no título, explorando também as transformações políticas administrativas durante o século XVIII; “Planos diretores no estado do Amapá: uma contribuição para o desenvolvimento regional” de José Alberto Tostes (2006) que analisa a elaboração dos planos diretores de Macapá e de outras cidades amapaenses, discutindo o planejamento urbano no Amapá de acordo com seus desenvolvimentos, propósitos, características e efetividades; “Amapá: principais transformações econômicas e institucionais, 1943-2000” de Jadson Luis Rebelo Porto (2024) que investiga a transição do Amapá de Território Federal para Estado, levando em conta os aspectos administrativos, políticos, econômicos e sociais, em que Macapá tem grande destaque por se tratar da capital; a tese de doutorado “Um cais que abriga histórias de vida: sociabilidades conflituosas na gentrificação da cidade de Macapá” de Verônica Xavier Luna (2020) que aborda a urbanização de Macapá e a gentrificação que ocasionou no desalojamento dos afrodescendentes para o bairro Laguinho; o artigo “Experiências de exclusão urbana no cotidiano macapaense (1944-1964)” de Sidney da Silva Lobato (2015) que trata da exclusão urbana vivenciada durante a gestão de Janary Nunes no Território Federal. Também o Marabaixo e a cultura negra amapaense tem sido objeto de estudo de pesquisas, como o próprio Dossiê de Registro do Marabaixo realizado pelo IPHAN (2018) para o registro da manifestação cultural; o livro “Marabaixo, Dança Afrodescendente: Significando a Identidade Étnica do Negro Amapaense” de Piedade Lino Videira (2009) que discute a identidade étnica do Marabaixo e da cultura negra e como esta pode se inserir nos processos

educativos; o livro “A água benta e o diabo” de Fernando Canto (2023) que retrata as relações conflituosas entre o Marabaixo e a Igreja Católica, que contribuiu para a exclusão da população negra; o livro “Mazagão Velho: diásporas negras, performance e oralidade no baixo Amazonas” de Geraldo Peçanha de Almeida (2011) também retrata a criação da cidade de Mazagão, onde se estima que tenha sido a origem do Marabaixo, também aborda as culturas existentes nessa Mazagão atual.

Ainda que se tenha um conjunto de pesquisas levantadas tendo como objeto de estudo a cidade de Macapá, o Marabaixo e a cultura negra amapaense, nota-se que, embora essas pesquisas retratem os acontecimentos urbanos que provocaram o deslocamento da população negra amapaense para os bairros Laguinho e Santa Rita, não tem como foco abordar e aprofundar na perspectiva cultural, ainda que esta seja mencionada na contextualização histórica. Em relação aos estudos acerca do Marabaixo, o foco dessas pesquisas está na cultura e, apesar de a contextualizarem no território em que estão inseridas, o cerne da questão não são os acontecimentos urbanos e territoriais.

Este trabalho, em específico, é parte dos resultados da pesquisa de mestrado em andamento que busca compreender a formação dos territórios negros pós-1943 "a partir de baixo" (Sharpe, 1992), seguindo uma linha metodológica de pesquisa que remonta à história social na forma proposta por E. P. Thompson (1987; 1998) e à história cultural de Michel de Certeau (1994; 1995; 2000) com o objetivo de compreender como tais territórios foram formados e como esse processo foi percebido utilizando como recurso o Marabaixo, a partir de duas perspectivas. A primeira é compreender a formação dos bairros Laguinho e Favela a partir da territorialidade do Marabaixo em Macapá, que corresponde a uma das principais formas de resistência cultural da população negra, utilizando suas formas materiais – localidades, locais de festa, abrigos, centros de cultura. A segunda se refere a compreensão de como o processo de relocação e formação dos bairros foram percebidos pela população utilizando como fontes documentais o conjunto de composições musicais, ou seja, as cantigas compostas pelos marabaixeiros, chamadas de ladrões. Buscamos compreender, portanto, a formação desses dois bairros a partir de suas culturas, dos acontecimentos urbanos, sociais, políticos e econômicos.

Em ambos os territórios negros estudados temos a presença do Marabaixo, manifestação cultural que surgiu no Amapá e tem uma característica festiva e religiosa, envolvendo músicas, danças, rituais, comidas típicas etc. O Marabaixo tem suas origens principalmente relacionadas com a cidade de Mazagão, que fica mais ao sul em relação à capital, e acabou se expandindo por algumas regiões do Amapá. Em Macapá, a manifestação ocorria no centro da cidade e, após a instalação do Território Federal, passou a ocorrer nos bairros Lagunho e Favela.

Assim, ao pensarmos o Marabaixo, notamos que, de diversas formas, ele se territorializa, como no barracão em que acontece, nas ruas que ocupa, nas igrejas que celebram as missas que compõem o ciclo, na casa da costureira que confecciona as roupas, no pátio do senhor que fabrica os instrumentos, na cozinha da senhora que produz a bebida gengibirra. São festas, festividades, manifestações que se cruzam com as ruas e avenidas, com as casas, praças e igrejas, contribuindo para a construção de uma identidade própria e de memórias e relações com o local. Também é uma manifestação que foi acompanhando a população negra amapaense nas suas mudanças territoriais e temporais, sobrevivendo a todas elas.

MARABAIXO E SUAS TERRITORIALIDADES

O Marabaixo, como manifestação cultural, reúne um conjunto de práticas constituídas por cantigas, as quais são denominadas “ladraão”, música e dança, além de celebrações religiosas. É uma cultura que possui variações a depender do território em que está inserida. Na cidade de Macapá, se realiza dentro de um ciclo anual denominado “Ciclo do Marabaixo”, que acompanha o calendário religioso da Igreja Católica, tendo início na Semana Santa e se estendendo por aproximadamente dois meses até o dia de *Corpus Christi*. No entanto, o Marabaixo não fica limitado somente ao Ciclo, podendo ocorrer em datas pontuais e eventos avulsos, como costumeiramente na celebração do aniversário da cidade de Macapá, no dia de São José e no Encontro do Tambores durante a Semana da Consciência Negra (Antero, 2018; Cordeiro, 2016; IPHAN, 2018; Videira, 2014).

Além dos seus elementos principais como música, dança e celebrações religiosas, envolve uma cultura de alimentos como: o caldo de carne e legumes (servido no Marabaixo de Macapá e de algumas comunidades), o beiju cica (feito à base de mandioca e chocolate, servidos no Marabaixo da Festa do Divino Espírito Santo, na cidade de Mazagão Velho) e bebidas como a gengibirra (Figura 3 e 4), produzida com cachaça, água, açúcar e gengibre (IPHAN, 2018; Videira, 2014).

Figura 3 e 4: À esquerda, produção da gengibirra; à direita, distribuição da gengibirra



Fonte: IPHAN, 2013, p. 39 e Gabriel Penha/Arquivo G1, 2019.

Em relação às vestimentas tradicionais, os trajes femininos (Figura 5) são compostos por uma ampla saia rodada, florida e colorida, anágua, blusa de cor lisa com gola rolê, babados e manga curta. Nos pés uma sandália ou uma sapatilha. As mulheres são adornadas com acessórios como uma flor no cabelo, brincos, pulseiras e colares, e no ombro uma toalha. Os cabelos em geral são presos em formato de coque. Quanto ao traje masculino (Figura 6), a calça deve ser comprida e branca e a blusa estampada (IPHAN, 2018; Videira, 2014).

Com relação à musicalidade da festa, os “ladrões” correspondem à música do Marabaixo. De acordo com o dossiê de registro do Marabaixo elaborado pelo IPHAN em 2018, os ladrões:

Podem ser compreendidos enquanto textos poéticos elaborados de improviso por meio da oralidade. São versos que expressam os acontecimentos corriqueiros ou extraordinários do cotidiano sejam eles vivenciados em âmbito pessoal ou comunitário. Constituem uma forma de registro dos acontecimentos. Seus versos possuem a capacidade de nos transportar para o lugar e o tempo em que foram compostos ou “tirados”, na linguagem dos detentores (IPHAN, 2018, p. 16).

Com relação à territorialidade do Marabaixo, várias questões podem ser abordadas. Desde uma perspectiva histórica do surgimento da manifestação cultural, visto que uma das

hipóteses acerca do nome “Marabaixo” é com relação à expressão “mar-a-cima, mar-a-baixo”, pertinente à rota atlântica e movimento dos navios negreiros a partir do tráfico de pessoas escravizadas transferidas da “Praça do Forte de Mazagão”, na região norte do continente Africano, onde atualmente fica Marrocos, para a cidade de “Mazagão nova” no Amapá, ao norte do Brasil (Videira, 2009; Assunção, 2009).

Mazagão é conhecida como “a cidade que atravessou o Atlântico”, visto que seus primeiros habitantes foram transportados da cidade africana localizada em Marrocos (norte da África), na região da costa atlântica que hoje é ocupada pelo município de *El Jadida*. A transição entre as localidades teve início em 1769, por decisão de Marquês de Pombal, a fim de habitar essa nova região que necessitava de garantia de soberanias. O transporte da Mazagão marroquina para a Mazagão amapaense, no entanto, não foi tão direto, tendo havido paradas em Lisboa (Portugal) e em Belém do Pará (Brasil). Dessa forma, passaram a residir na nova região colonos brancos e pretos escravizados (Almeida, 2011; Silva e Tavim, 1998).

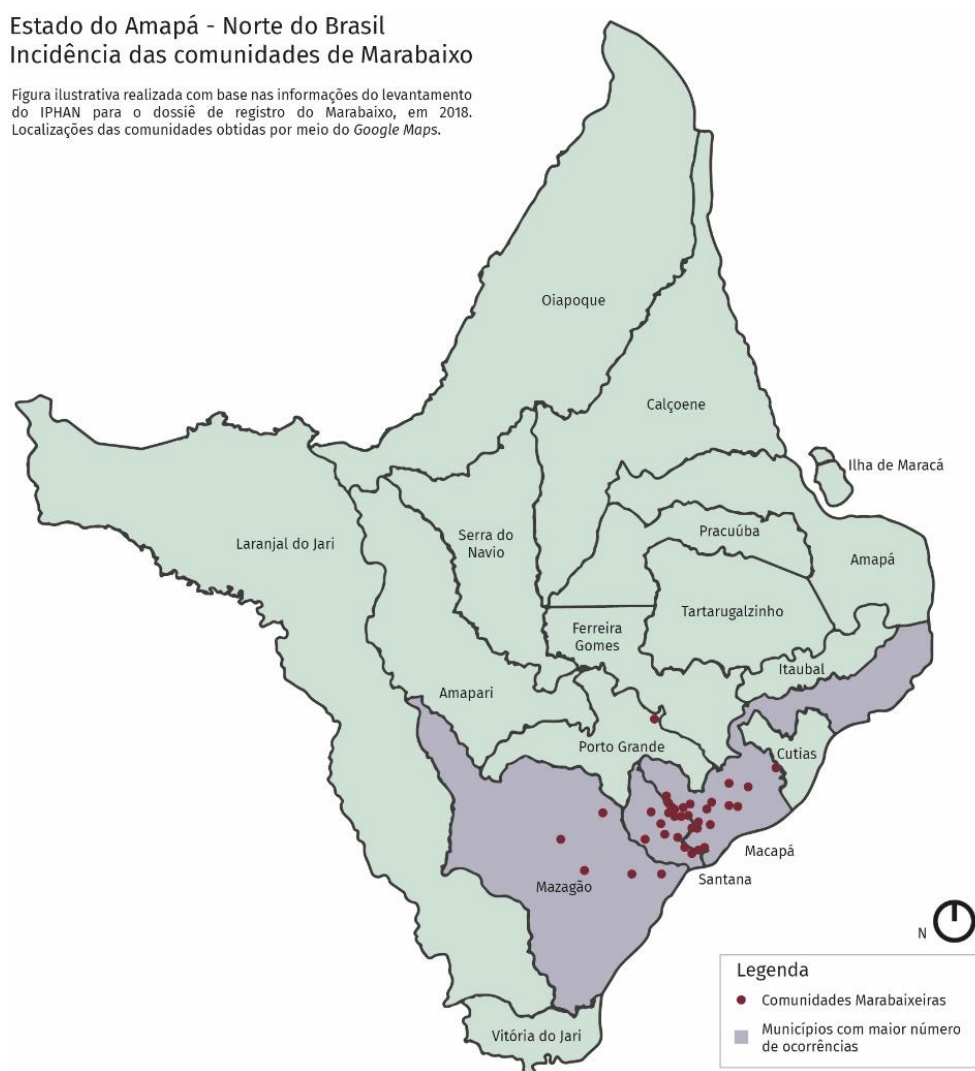
Nesse contexto, a cidade de Mazagão é reportada como a localidade em que se surgiu o Marabaixo, sem se ter uma data específica para sua criação, e que foi posteriormente se espalhando para as regiões do Curiaú, Igarapé do Lago, Maruanum e Macapá, dessa forma sendo considerada legado das ancestralidades africanas (Canto, 2023; IPHAN, 2018).

Deve-se destacar que, ao desembarcar no Amapá, o Marabaixo vivenciou um percurso em direção à cidade de Macapá que iniciou na cidade de Mazagão nova e, a partir da introdução de mão de obra negra escravizada na construção da Fortaleza de São José e por um movimento migratório espontâneo, espalhou-se pelo núcleo urbano inicial de Macapá (IPHAN, 2018). Em se tratando a respeito da Fortaleza, o IPHAN destaca no dossiê de registro do Marabaixo que ela:

constitui o lugar de memória mais remoto para a manifestação. Ainda que a história da sua construção remeta ao sofrimento dos ancestrais negros que envidaram esforços sobre-humano na empreitada e construção da edificação, no contexto da elaboração e afirmação de identidade amapaense acrescenta-se à edificação outro sentido, o que exalta a exuberância da construção e a reconhece como uma das maiores e importantes obras de defesa do território colonial, além de testemunho da importância da mão de obra negra para o soerguimento da edificação e da formação social e cultural de toda uma região (IPHAN, 2018, p. 50).

Como podemos observar na Figura 06, são 3 os municípios que abrigam as ocorrências da manifestação cultural, demonstrando que não é em todo o território amapaense que ela acontece. O Inventário Nacional de Referências Culturais do Marabaixo (2013 *apud* IPHAN, 2018) apontou a ocorrência do Marabaixo em 36 comunidades do Amapá (Figura 07), dentro dos perímetros de três municípios: Macapá, Santana e Mazagão.

Figura 7: Comunidades Marabaixeiras no Amapá



Fonte: Elaborado pela autora (2024) com base nas informações do Dossiê de Registro do Marabaixo (IPHAN, 2018).

Existe, então, uma trajetória que dá início ao Marabaixo e outra que demonstra a sua expansão e consequentemente algumas das alterações sofridas na manifestação cultural.

Tendo sua possível origem marcada pela transição das famílias marroquinas para o sudeste da região do Amapá como estratégia de ocupação da área por parte da Coroa Portuguesa, posteriormente se designando para a cidade de Macapá com o movimento de pessoas escravizadas com o objetivo de erguer a Fortaleza de São José e também uma migração realizada de forma espontânea. Depois, com a implantação do Território, o Marabaixo que ocorria no entorno da Fortaleza se subdividiu para os bairros Laguinho e Santa Rita. O esquema da Figura 08 ilustra o movimento que a tradição vivenciou.

Figura 8: Movimento territorial do Marabaixo

Primeiro movimento: que pode ter dado origem ao Marabaixo (1769)



Segundo movimento: expansão da tradição
(construção da Fortaleza: 1764-1782)



Terceiro movimento: início da dispersão
Laguinho e Santa Rita/Favela (1944-1950)



Macapá - traçado urbano da década de 1960

Fonte: Elaborado pela autora (2024)

Em Mazagão, as características do Marabaixo são as seguintes: ele ocorre durante os dias 16 e 24 de agosto, com a tradição de que a cidade ‘pare’ para celebrá-lo. Outra característica é a forma como ocupa as ruas da cidade, visto que o ‘tipo’ de manifestação marcante da celebração é o Marabaixo de Rua, também conhecido como Marabaixo Intinerante ou Marabaixinho. Almeida (2011, p. 72 e 73) relata que o Marabaixo em Mazagão acontece da seguinte forma:

Por ocasião da festa do Divino Espírito Santo, são distribuídas sete coroas do Divino para sete moradores da comunidade. Os que são agraciados com uma das coroas são aqueles considerados anciãos, exemplos de conduta e de transparência para a comunidade. Durante um ano eles devem zelar e guardar a integridade física e moral da coroa em suas casas. Nesse caso, parece que a residência que recebe uma destas imagens se transforma numa espécie de igreja ou sacrário. Toda a família se transforma e passa a viver intensamente em torno daquela coroa. O Padre da cidade habitualmente visita estas casas onde se encontram as coroas, e rezas são proferidas diariamente. Em algumas delas há rosários ou terços semanalmente com a presença dos vizinhos. A devolução destas imagens é marcada por muitos festejos e por muita devoção. Ela acontece na Festa do Divino do ano seguinte à entronização. A presença da coroa do Divino também é marcada pela bandeira do Divino, de cor amarelo-dourado, símbolo de riqueza e de nobreza para a comunidade e também de tambores, os do Marabaixo e do Batuque.

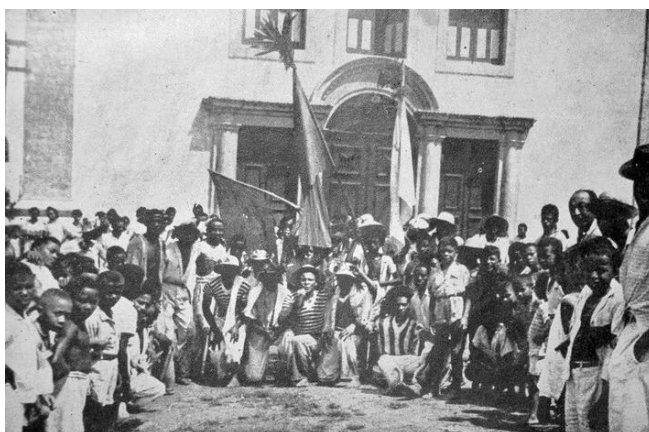
Chamou-me a atenção o fato de que, embora a figura do Divino Espírito Santo seja uma das principais referências católicas, os tambores que acompanham a entronização da coroa nas casas não o são.

Em Macapá, as características são diferentes. Na capital, o ciclo ocorre dentro do calendário católico durante a Páscoa até o dia de *Corpus Christi*. As programações se alternam entre missas, ladainhas, realização de danças do Marabaixo, rituais de ‘cortação e decoração do mastro’, cortejo da ‘murta’, bailes e festejos, encerrando-se com o ato de ‘derrubada do mastro’ (Lima, 2011; Reis, Maciel e Pereira, 2021).

O Marabaixo em Macapá antes realizava-se na Fortaleza de São José e na Igreja Matriz de São José (Figura 09). Videira (2009, p. 191) afirma que “até 1948, a festa acontecia nas dependências das Igrejas, passou então a acontecer do lado de fora da igreja até meados da década de 1950”. Mas com a chegada da sociedade católica Pontifício Instituto das Missões Estrangeiras (PIME) no final da década de 1940, os marabaixeiros foram proibidos de entrar na igreja e os padres se recusaram a rezar a missa por ocasião desses festejos populares (Canto, 2023; Cid e Coutinho, 2020; Lima, 2011). Videira (2009, p. 191) afirma que “até 1948, a festa acontecia nas dependências das Igrejas, passou então a acontecer do lado de fora da

igreja até meados da década de 1950”. Apesar do Marabaixo não necessariamente necessitar da aprovação do clero para ocorrer, visto que é uma manifestação de caráter popular, a rejeição dos representantes católicos contribuiu para que houvesse um distanciamento da população amapaense em relação ao festejo e uma segregação, visto que coloca a cultura negra como algo que deve estar apartado desse ‘lugar sagrado’.

Figura 9: Fotografia provável da época em que os festejos aconteciam ainda na Igreja de São José



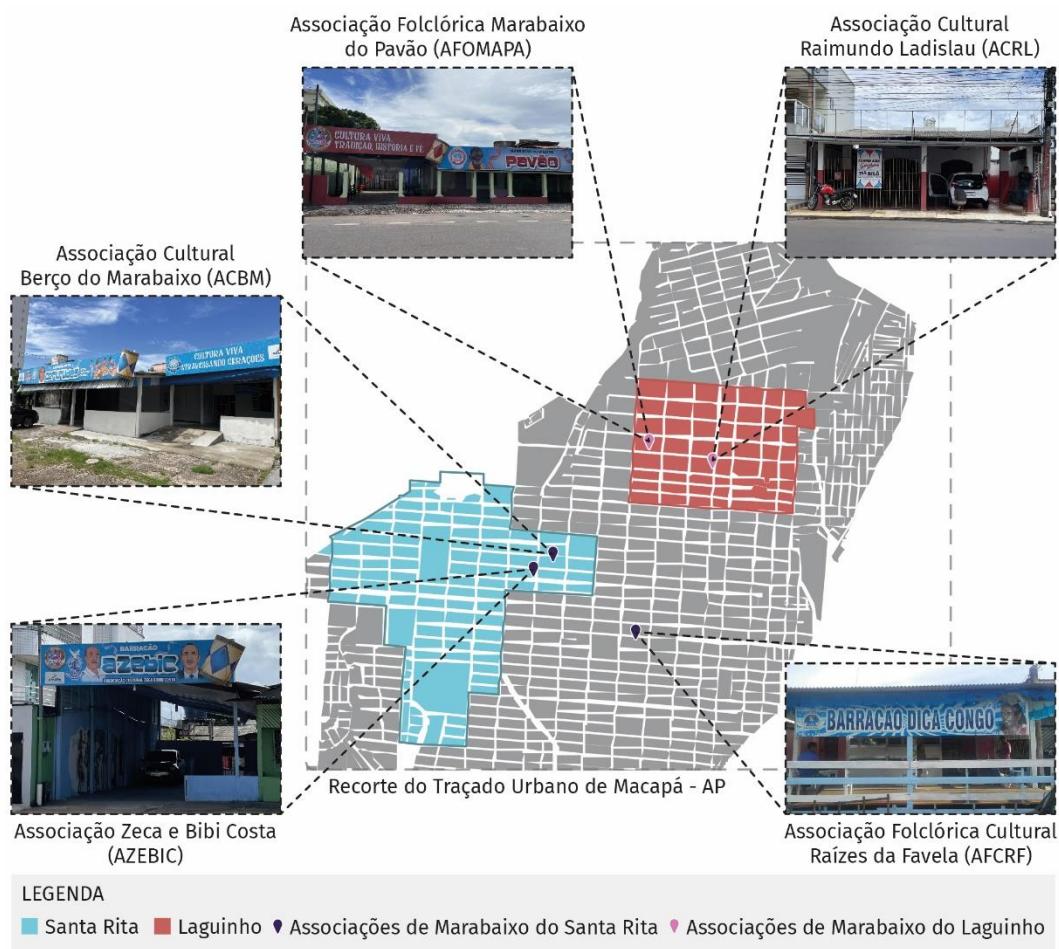
Fonte: Blog Porta-Retrato AP (www.porta-retrato-ap.blogspot.com/2019/05/)

Com a criação do Território Federal do Amapá, em 1943, as populações afro-macapaenses foram removidas do centro da cidade e destinadas ao bairro Lagunho. A implantação do Território elevou Macapá ao status de capital, antes pertencente ao município de Amapá. A fim de modernizar a cidade, Janary Gentil Nunes, o então governador do Território, ensejou diversas transformações urbanas, com a construção de conjuntos residenciais para servidores, hotel, hospital, escolas. Dessa maneira, as casas e vilas da população afro-macapaense destoavam do novo perfil que se queria dar à capital. Janary, em acordo com o mestre marabaixeiro Julião Ramos, transferiu essa população inicial para o bairro Lagunho. Dona Gertrudes Saturmino, mestra marabaixeira, em discordância com a localidade escolhida para estabelecer sua nova residência, decidiu seguir para o bairro Favela, hoje Santa Rita, acompanhada de seus familiares e seguidores (IPHAN, 2018; Lobato, 2015; Luna, 2017; Pessoa e Venera, 2016).

Dessa forma, os festejos que costumavam acontecer nos arredores da Igreja de São José de Macapá começaram a serem realizados nas casas dos marabaixeiros nos bairros Lagunho e

Favela, em que foram construídos os barracões para abrigar os festeiros. Os barracões costumam ser residências em que se ampliou o pátio frontal para abrigar muitas pessoas. Nas laterais do barracão é comum que se tenham bancos de madeira para que os foliões possam descansar e para que os espectadores possam apreciar a dança. Também a rua é ocupada com vendedores ambulantes que comercializam comidas e bebidas (Lima, 2011; Videira, 2009). De acordo com o Dossiê de Registro do Marabaixo, existem 5 grupos de Marabaixo na zona urbana de Macapá, destacados na Figura 10.

Figura 10: Associações de Marabaixo em Macapá – AP



Fonte: Elaborado pela autora (2024) com base nas informações do Dossiê de Registro do Marabaixo (IPHAN, 2018). **Fotos:** Acervo da autora (2023); Página Raízes da Favela <www.facebook.com/Raizesdafavela>.

Os barracões, em geral, são estruturas fixas atreladas à residência em que mora o mestre marabaixeiro/a mestre marabaixeira, com exceção do “Barracão Dica Congó”, da Associação Folclórica Cultural Raízes da Favela, que sua estrutura de madeira só é montada nos períodos necessários.

A separação dos bairros Laguinho e Santa Rita (antiga Favela) também dividiu as homenagens oferecidas no Marabaixo. Com a instituição do Território e o remanejamento dessas populações afrodescendentes para os bairros Laguinho e Favela, o Marabaixo passou a acontecer no bairro Laguinho. Ao final da década de 1950, com a morte do Mestre Julião Ramos, o Marabaixo começa a ser realizado também no bairro Favela, criando a 'divisão' entre o Divino Espírito Santo (Laguinho) e a Santíssima Trindade (Favela) (Canto, 2023).

O PROCESSO DE RELOCAÇÃO PELOS LADRÕES

Em virtude da composição do ladrão basear-se em acontecimentos vividos no cotidiano amapaense, é possível encontrar em seus versos fragmentos da história do Amapá, a partir do olhar do compositor, denominado como 'ladronista' ou 'tirador'. Godinho (2018) cita que os tiradores tradicionais de ladrões de Marabaixo são os cronistas de sua época. Por serem criados de forma espontânea e retratarem eventos comuns e extraordinários vividos no âmbito pessoal ou comunitário, servem como uma espécie de documentação desses eventos, de forma a nos transportar para o momento que foram vivenciados (IPHAN, 2018).

Nota-se que nas composições há uma descrição dos eventos, das datas, das localidades, dos acontecimentos, dos presentes, do que foi dito e do que foi vivido. Possui uma certa similaridade com a análise que Silva (2013) faz acerca das canções de samba, em que afirma que as experiências vividas no espaço urbano se tornam o tema das composições, de forma que este torna-se um documento histórico da cidade. O autor discorre que:

A vivência da (e na) cidade, as mudanças testemunhadas nos espaços vividos, o vínculo afetivo que se forma entre a experiência individual e esses espaços, as experiências coletivas mediadas por eles, todas essas formas de identidade construídas no bojo da urbanização constituem matéria-prima para os sambistas ao comporem suas canções. Assim, as referências espaciais que constam em diversos sambas constituem não apenas um "cenário" da ação: há uma carga de significados embutida em cada localidade mencionada, e sua presença nos sambas é muito mais do que fortuita. [...]

Esta verossimilhança é chave fundamental para compreender a relação entre invenção e registro, - ou imaginação e testemunho-, nos sambas aqui analisados, e é nessa dinâmica que o samba, sem o pretender necessariamente, se torna um documento histórico. A apreensão dos significados dessas imagens, enquanto representações de um processo, mas também como manifestação criativa, é

reveladora de expectativas dos sambistas em relação à cidade e suas mudanças: onde a realização de uma experiência não se concretiza, o samba se encarrega de proporcionar a vivência em imaginação; onde a dureza da vida cotidiana se impõe, o samba proporciona o alívio, o escape ou o protesto (Silva, 2013, p. 27 e 28).

As referências espaciais mencionadas nas letras de samba não são meramente um pano de fundo, mas carregam consigo significados profundos e muitas vezes simbólicos. Esses locais mencionados nas músicas têm uma importância intrínseca para os sambistas e sua presença nas canções não é coincidência. Eles representam mais do que apenas lugares físicos; são parte fundamental da história e da cultura desses artistas. Assim, a canção retrata uma experiência que ultrapassa o acontecimento e proporciona uma fuga com relação às dificuldades da vida.

Dessa forma, os ladrões de Marabaixo também se colocam nessa narrativa histórica do contexto espacial e temporal em que seus compositores estão inseridos, encarregados de retratar não somente os acontecimentos marcantes, mas o cotidiano. As cantigas de Marabaixo desempenham um papel significativo como registros históricos que testemunham a maneira como o povo negro do Amapá se expressou – e segue se expressando – e resistiu diante das ações discriminatórias e racistas do governador Janary Gentil Nunes e da Igreja Católica. Essas cantigas são uma manifestação cultural que representa a luta do povo afroamapaense para preservar sua história e suas tradições, apesar das opressões impostas por essas autoridades governamentais e religiosas.

Os ladrões como ‘crônicas de sua época’ fazem um paralelo com o que Silva (2011) aborda em sua pesquisa, o qual destaca que o samba em São Paulo acaba por ser um importante registro da urbanização paulistana vista ‘por baixo’, devido à carência de fontes escritas que descrevam a percepção social desse período, especialmente por ser uma população, em grande maioria, não alfabetizada. O autor ainda pontua que “a experiência urbana dos sambistas em São Paulo só pode ser descrita nos termos da multiplicidade: de lugares, de vivências e de relações pessoais. Qualquer tentativa de unificá-las em um modelo explicativo corre o risco de perder essa qualidade fundamental” (Silva, 2011, p. 55).

Um dos ladrões de Marabaixo mais relevantes para retratar as questões de deslocamento para o bairro Laguinho, anteriormente abordadas, é a cantiga “Aonde tu vai rapaz” de Raimundo Ladislau. Ele foi um importante compositor e tocador dentro do Marabaixo, contemporâneo ao Mestre Julião Ramos, de quem era amigo. Também era residente do bairro Laguinho. Há relatos de que Ladislau permaneceu por alguns anos como anônimo em suas composições por medo de retaliações da Igreja Católica, da qual fazia parte por meio do grupo ‘Sagrado Coração de Jesus’ (Cid e Coutinho, 2020). Nessa composição ele retrata os eventos que resultaram na criação do bairro do Laguinho:

Aonde tu vai rapaz (Raimundo Ladislau)

Aonde tu vai rapaz

Por esses campos sozinho

Vou construir minha morada

Lá nos campos do Laguinho

Quando vim da minha casa

Me perguntou como passou

Rapaz eu não tenho casa

Tu me dá um armador

Destelhei a minha casa

Com a intenção de retelhar

Mas a Santa Engrácia não fica

Como a gente pode ficar?

Estava na minha casa

Conversando com a companheira

Não tenho pena da terra

Só tenho do meu coqueiro

Largo de São João

Já não tem nome de santo

Hoje é reconhecido

Por Barão do Rio Branco

A Avenida Getúlio Vargas

Tá ficando que é um primor

Essas casas foram feitas

Pra só morar os doutor

Dia primeiro de junho

Eu não respeito o senhor

Eu saio gritando viva

Para o nosso governador

(Versão registrada no Dossiê do Marabaixo pelo IPHAN, 2018, p. 18-19)

De início, as duas primeiras estrofes demonstram a dificuldade da remoção relatando um rapaz sozinho e sem casa e a esperança no reestabelecimento da moradia em um novo local, “nos campos do Laguinho”. Logo em seguida solicita um armador de rede para que tenha ao menos um lugar para dormir.

Videira (2009) relata que muitas das novas moradias dos relocados foram construídas com madeiras reaproveitadas de antigas casas desmanchadas e também com materiais de construção disponibilizados pelo governo do estado que estavam armazenados e sem uso na estância de propriedade do governo. Além disso, o governo estadual concedeu alguns títulos de propriedade dos lotes aos novos moradores, atitude esta que, revestida de uma atitude benevolente e populista, na realidade foi a estratégia utilizada para evitar que houvesse uma resistência e revolta por parte da comunidade que começava a se estabelecer no local.

Os processos de expulsão e remanejamento forçado de populações de áreas centrais não contam com nenhum registro oficial. Segundo Luna (2017), a ação de Janary Nunes não se deu de forma documentada, mas, ao que parece, ocorreu por meio de negociações que não foram oficialmente registradas, o que reforça o recurso de utilização da produção da cultura popular para compreender esse processo.

Na terceira estrofe da canção, o compositor cita a Vila Santa Engrácia, na qual residiam várias famílias negras, dizendo que com o “fim” da vila não é possível que ele continue morando no

lugar. Vale lembrar que Macapá é uma cidade que havia se formado no entorno da Fortaleza de São José e às margens do Rio Amazonas, ocupada por uma parcela significativa de afrodescendentes que se estabeleceram na região durante a construção da fortificação. Luna (2017) destaca que os primeiros assentamentos da população negra se concentravam em regiões como o “Formigueiro”, no entorno da Igreja Matriz de São José, e a Vila Santa Engrácia, localizada na Praça São João (atualmente conhecida como Praça Barão do Rio Branco).

Nas estrofes seguintes ele vai retratando as mudanças que a cidade de Macapá foi vivenciando como a mudança do nome do Largo de São João para Praça Barão do Rio Branco e os conjuntos residenciais que estavam sendo construídos ao longo da avenida Getúlio Vargas, destinados a uma população tida como mais “nobre” que a que estava sendo expulsa. A cidade de Macapá recebeu a construção de diversas edificações novas, dentre elas conjuntos habitacionais, escolas, hospitais, estradas, além de sistemas de distribuição de energia, água e esgoto. Foi nesse período e desdobramento deste processo de expulsão que foram construídas edificações significativas para a cidade o Hospital Geral, a Residência Oficial do Governo, a Escola Barão do Rio Branco, o Colégio Amapaense, a vila residencial IPASE, o Mercado Central, o Fórum dos Leões. Para que essas novas instalações se tornassem possível, na visão do governador do TFA, Janary Gentil Nunes, foi necessário remanejar as populações que habitavam essa região (Silva, 2007).

A versão do ladrão que se encontra nos registros do IPHAN se encerra com uma estrofe um pouco controversa. Enquanto nas estrofes anteriores ele tece profundas críticas às ações políticas do governador Janary Nunes, na última estrofe ele celebra o aniversário do governador, gritando vivas, que acaba por sugerir que existe uma aceitação e agradecimento pelo que lhe foi imposto. Godinho (2018, p. 344) descreve o governador como “uma pessoa carismática, de perfil populista, que despertou sentimentos conflitantes na população. Amado por uns e odiado por outros [...]”, o que pode justificar a composição da maneira como se apresenta. Além disso, Maciel (2001) aponta que a estratégia do governador para que o deslocamento da comunidade negra para o bairro do Laguinho fosse melhor aceita foi a incorporação de parte dessa população no serviço público do estado.

No entanto, a composição possui outras versões. O relato do músico amapaense Adelson Preto publicado por Godinho (2018, p. 347) apresenta uma versão diferente que ele considera a original:

Dia primeiro de junho

Eu não respeito o senhor

Eu saio gritando morra

o nosso governador.¹

Dessa forma, trocando a palavra “viva” por “morra” torna a estrofe mais coerente com as anteriores, trazendo uma conclusão às críticas tecidas. O relato de Adelson Preto (Godinho, 2018, p. 347) ainda revela que:

Tinha muita gente que não gostava do governador. Eu soube pelo meu avô que ele perseguiu muito os negros aqui no estado do Amapá. Muita gente não gostava dele. Tem histórias que de tanta raiva que a pessoa tinha botava até o nome dele em cachorro. Ele jogava muito pesado com a rapaziada. Aí pra não ficar essa coisa pesada, com eles falando no ‘Coisa’, a gente já cantava de outra forma.

No ladrão do compositor Carlos Piru, é reforçada a tradição da cultura negra no bairro do Laguinho, destacando a sua preservação diante dos progressos vivenciados na cidade, podendo aqui serem entendidos também como mudanças urbanas. Sendo este amor pelo lugar ecoado por diferentes gerações.

O Laguinho e o progresso

Hoje o Laguinho é tradição

Tradição com humildade

Que tenha um progresso

Mas que preserva a identidade

O meu amor pelo Laguinho

Me fez compor essa canção

Que ecoe pelo tempo

¹ Conforme entrevista concedida a Ruy Godinho em 25/5/2018, em Macapá/AP.

De geração a geração

(Sampaio, 2022, p. 178 e 179).

Tendo sido os bairros Laguinho e Favela formados a partir da população negra e, conseqüentemente, da cultura negra, percebe-se pelos moradores – assim como também descrito no ladrão – um discurso muito forte em relação à questão da transmissão dessa tradição. A entrevistada D.A. reporta acerca da importância do bairro e da história dele para a população negra do Amapá e para a própria história do estado e da capital, que teve sua ‘modernização’ realizada a partir de um apagamento parcial das vivências negras em Macapá.

Olha, Macapá não pode, não tem como se falar do Amapá sem se falar do Laguinho, por quê? Porque nós somos 70% da população negra aqui e para você falar da história negra, eu falo de Macapá, você tem que passar pelo Laguinho. Para você trazer toda a construção dessa história do Amapá, você não pode não contar desse crescimento a partir da expulsão dos negros para o Laguinho e para a Favela. Como que se constrói isso que eles chamavam dessa urbanização moderna, aquelas casas para doutores, mais modernas. Então toda essa construção se dá em cima da negação da nossa história, porque a partir do momento, que você reconstrói aquele lugar se apaga a nossa história, apaga a história do negro do Laguinho e ela começa a ser recontada a partir do Laguinho e da própria Favela.²

A entrevistada C.A. também relata as tradições do bairro Laguinho e Santa Rita/Favela, citando atividades esportivas – como o futebol, culturais – como as agremiações carnavalescas e o Marabaixo, religiosas – em que a entrevistada comenta sobre a paróquia de São Benedito (um santo negro), além de mencionar duas figuras reconhecidas por sua contribuição na história amapaense: o mestre marabaixeiro Julião Ramos e o mestre Sacaca, conhecido por curar doenças por meio de plantas medicinais.

essa criação [do bairro Laguinho] veio juntamente com outro bairro, que é o bairro da Favela, que também surgiu nessa época dentro das mesmas circunstâncias. Tudo que se constituiu no Laguinho, dentro dessa conjuntura atípica, serviu de embrião para formação histórica, política, sociocultural e religiosa de Macapá territorial, ao mesmo tempo em que emergiu outros elementos culturais que também passaram a caracterizar o bairro, como a paróquia que levou o nome de um santo negro, São Benedito. Nós tínhamos agremiações carnavalesca, clube de futebol, grupo de Marabaixo, o banco da amizade e a formação de lideranças socioculturais como a extensão política como Julião Ramos. Nós tínhamos também alguns sacerdotes missionários do PIME como o padre José. Nós tínhamos o Sacaca como um médico, das medicinas naturais, ele era muito procurado, muito conhecido. Então com isso o

² Entrevista concedida a Juliana Quadros em 08 de dezembro de 2020.

nosso bairro foi ficando muito tradicional, em vários aspectos, inclusive na área da saúde.³

Algo que se percebe pelos discursos dos entrevistados é que a valorização dessa tradição também ocorre relacionada ao iminente apagamento da cultura negra. Uma vez que essa população afroamapaense foi retirada do núcleo inicial da cidade a fim de ‘dar espaço à modernização’, atualmente enfrenta os avanços do setor comercial, devido a proximidade de ambos os bairros com o centro de Macapá, o qual concentra grande parte da atividade comercial. Entendendo muitas das práticas culturais negras amapaenses como práticas que se territorializam, a mudança de residência de famílias tradicionais também implica, pouco a pouco, no enfraquecimento das manifestações culturais. O entrevistado J.A.S. descreve sua visão desse acontecimento:

De um bairro residencial para um bairro comercial. Então aqui você vê muito supermercado, você vê, aliás, supermercado, você vê loja, você vê laboratórios e grandes lojas, empresa, enfim. E aqueles moradores do bairro, eles já tão começando a se afastar. Houve um primeiro movimento quando se criou aquele bairro Jardim Felicidade, muita gente daqui saiu do bairro do Laguinho para lá Jardim Felicidade. Então com isso aquelas famílias tradicionais vão junto. Por quê? De repente a própria a questão da proximidade com o Centro pondera o valor das residências e as pessoas pensam, questão de optar, “vou vender minha residência, porque vai dar para eu comprar uma outra residência em um bairro um pouco mais longe do Centro e ainda vai sobrar um dinheiro”. Muita gente fez isso e algumas dessas nossas famílias tradicionais saíram daqui e começaram a pingar nos outros bairros, especialmente quanto mais periférico estão indo cada vez mais e continuam.⁴

Esses relatos fazem, então, um paralelo com o ladrão “O Laguinho e o progresso”, que destacam as tradições existentes no bairro e sua importância de ser transmitida às próximas gerações, mas que está possivelmente ameaçada diante dos ‘progressos’ que a cidade vivencia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Visto que os bairros Laguinho e Santa Rita tiveram seu processo de formação atravessados pela criação do Território Federal do Amapá e o consequente processo de ‘modernização’ da

³ Entrevista concedida a Juliana Quadros em 24 de fevereiro de 2021.

⁴ Entrevista concedida a Juliana Quadros em 17 de fevereiro de 2020.

cidade de Macapá, este artigo, com o objetivo de analisar a formação história e cultural desses dois referidos bairros sob a perspectiva cultural do Marabaixo, termina por emergir parte desse retrato da história afroamapaense. Esses dois territórios são caracterizados não somente por seus limites geográficos, mas também moldados pela história de remanejamento e composição de suas tradições em dois novos lugares.

Tendo visto que o Marabaixo representa para além de uma festividade e que, ao longo da história do povo negro do Amapá, desenvolveu-se como uma manifestação cultural que se expressa nos modos de vida dessas comunidades, as quais celebram o elo entre si diante de uma história marcada por traços de exclusão e apagamento, encontra nos bairros Laguinho e Santa Rita um ambiente propício para se existir e reexistir, como instrumento de reafirmação de identidade dessas comunidades.

Os ladrões de Marabaixo também são importantes fontes documentais para analisar a perspectiva social dessas comunidades diante das políticas públicas que as afetam. A exploração da história “vista de baixo”, remontando experiências históricas as quais foram frequentemente ignoradas ou pouco mencionadas enfrenta dificuldades, como a pouca variedade de fontes à disposição, sendo neste artigo resgatadas por meio das composições e dos relatos de entrevistas (Sharpe, 1992). A vida cotidiana – costumes, vestimentas, residências e modos de trabalho (Lefebvre, 1991) – dessas comunidades pré-Território Federal do Amapá pouco foram registradas, em que encontram-se informações principalmente por meio dos relatos orais.

Por fim, percebe-se que há uma afirmação da própria comunidade sobre sua identidade e suas tradições que não têm a visão dos ‘progressos’ e das ‘modernizações’ de Macapá como algo que tenha que ser cessado, mas que se preocupam acerca de como sua história e suas manifestações culturais podem sobreviver a tais mudanças.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, G. P. de. **Mazagão Velho: diásporas negras, performance e oralidade no baixo Amazonas**. Curitiba: Juruá, 2011.

ANTERO, A. B. **Entre Tambores e Devoção: expressão de um catolicismo negro na Amazônia amapaense**. Revista Marupiara – Revista Científica Do Centro De Estudos Superiores De Parintins, Parintins, 2018, jul – dez, n.3, p.1-17, 2018 - jul – dez. Disponível em: <www.periodicos.uea.edu.br/index.php/marupiara/article/view/718>. Acesso em 21 set. 2023.

ARAUJO, R. M. D. **As cidades da Amazônia no Século XVIII: Belém, Macapá e Mazagão**. 2. ed. Porto: FAUP publicações, 1998. 358 p.

ASSUNÇÃO, P. de. **Mazagão: cidades em dois continentes**. Revista arq.Urb, (2), 22–55. 2009. Disponível em <www.revistaarqurb.com.br/arqurb/article/view/102>. Acesso em 23 set. 2023.

CANTO, F. **A água benta e o diabo**. 3 ed. Belém: Editora Paka-Tatu, 2023.

DE CERTEAU, M. **A Escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 2000.

DE CERTEAU, M. **A Invenção do Cotidiano – Artes de fazer**. Petrópolis: Vozes, 1994.

DE CERTEAU, M. **Cultura no Plural**. Campinas: Papirus, 1995.

GODINHO, R. **Então foi assim? Os bastidores da criação musical brasileira – Amapaenses**. Vol. 1. Macapá: Abravídeo, 2018.

IPHAN. **Dossiê de Registro – Marabaixo**. Brasília: ministério da cultura, 2018. Disponível em: <www.portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/DOSSIE_MARABAIXO.pdf>. Acesso em 21 set. 2023.

CID, R. R. L.; COUTINHO, R. S. **Resistência da oralidade africana na história do Amapá**. Dossiê. Temporis [ação]. v 20, n 2. jul/dez 2020.

LEFEBVRE, H. **A vida cotidiana no mundo moderno**. São Paulo : Ática, 1991

LIMA, W. M. da S. V. **O ciclo do Marabaixo: permanências e inovações de uma festa cultural**. Dissertação (Mestrado em Educação, Arte e História) - Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2011.

LOBATO, S. da S. **Experiências de exclusão urbana no cotidiano macapaense (1944-1964)**. SÆCULUM – Revista de História. João Pessoa, jan./jun. 2015, n. 32, p. 113-126.

LUNA, V. X. **Um cais que abriga histórias de vida homens e máquinas construindo o social na cidade de Macapá (1943-1970)**. Fortaleza: UFC, 2017. 217 p.

MACIEL, A. D. S. **"Conversa amarra preto": a trajetória histórica da União dos Negros do Amapá: 1986-2000.** Campinas: Universidade Estadual de Campinas, Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2001.

MARGARIT, E. **As obras de infraestrutura estratégicas para a organização do espaço amapaense.** Confins [on line].n. 55. [n.p.]. jun 2022. Disponível em:
<http://journals.openedition.org/confins/45847>. Acesso em 25 jun. 24.

PESSOA, M. do N.; VENERA, R. A. de S. Manifestações afro-brasileiras no Amapá: a arte do marabaixo no tempo presente. *In: Anais do II Congresso Ibero-Americano.* Edição Especial. Criciúma-SP. 2016.

PORTO, J. L. R. **Amapá: principais transformações econômicas e institucionais, 1943-2000.** Maringá, PR: Uniedusul, 2024.

REIS, M. V. de F.; MACIEL, K. B.; PEREIRA, M. P. T. **Ladrões de Marabaixo em Macapá: identidade cultural, poder, história, memória e religiosidade na Amazônia amapaense.** Revista Caminhos-Revista de Ciências da Religião, v. 19, n. 1, p. 11-28, 2021.

SHARPE, J. **A história vista de baixo.** *In: BURKE, P (org.). A Escrita a história: novas perspectivas.* São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.

SILVA, M. L. D. **A (Onto)Gênese da nação nas margens do território nacional: o projeto janarista territorial para o Amapá (1944-1956).** São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2007. 180 p.

SILVA, M. V. da. **O todo e a parte: nomeando espaços e vivências urbanas em São Paulo (décadas de 1950 e 1960).** Revista História e Cultura, Franca-SP, v.2, n.1, p.27-43, 2013.

SILVA, M. C. da; TAVIM, J. A. R. S. **Marrocos no Brasil: Mazagão (Velho) do Amapá em festa – a festa de São Tiago.** Publicação, 2ª ed, p. 267-268, 1998.

THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa – A árvore da liberdade.** São Paulo: Paz e Terra, 1987 (Oficinas da História, volume 1).

THOMPSON, E. P. **Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional.** São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

TOSTES, J. A. **Planos diretores no estado do Amapá: uma contribuição para o Desenvolvimento Regional.** Macapá: J. A. Tostes, 2006.

VIDEIRA, P. L. **Marabaixo, dança afrodessendente: significando a identidade étnica do negro amapaense.** Fortaleza: Edições UFC, 2009. 285 p.

VIDEIRA, P. L. **O Marabaixo do Amapá: Encontro de saberes, histórias e memórias afro-amapaenses.** Revista Palmares – cultura afro-brasileira. Brasília, 10a, 8 ed., p.16-21, nov. 2014.